

Câmara Municipal de Fortaleza Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

EMENDA MODIFICATIVA №

0 0 0 2 / 2 0 2 5

AO PROJETO DE LEI Nº 0009 de 2025

Modifica o art. 4º do Projeto de Lei nº 9 de 2025, na forma que indica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1º – Fica modificado o art. 4º do Projeto de Lei nº 9 de 2025, que passará a contar com a seguinte redação:

Art 4º O Poder Executivo Municipal realizará, no prazo de até 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, a devolução dos valores pagos a título de Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU) decorrentes da vigência da Lei 11.323 de 21 de dezembro de 2022.

§1º Será admitida a compensação de créditos líquidos e certos do contribuinte perante a Secretaria Municipal de Finanças, decorrentes do seu direito de restituição dos valores pagos a título de Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU), com seus débitos tributários, relativos a quaisquer tributos de competência deste Município, vencidos ou vincendos, ainda que não sejam da mesma espécie, respeitando o disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional.

§2º Os créditos tributários a que se refere este artigo consistem em valor principal devidamente atualizado, juros de



Câmara Municipal de Fortaleza Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

mora, correção monetária e demais consectários legais decorrentes de inadimplemento.

§3º O procedimento administrativo de compensação tributária terá início na Secretaria Municipal das Finanças, por requerimento do contribuinte interessado.

§4º Na hipótese de compensação tributária, se o crédito do contribuinte consistir em valor superior ao crédito do Município, o saldo favorável ao contribuinte deverá ser compensado com créditos futuros de sua responsabilidade.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza,

de

de 2025

IORGE PINHEIRO - PSDB

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO RECEBIDO EM:

0 7 JAN 2025

SERVIDOR



Câmara Municipal de Fortaleza Gabinete do Vereador Jorge Pinheiro

JUSTIFICATIVA

A presente emenda acrescenta artigo ao Projeto de Lei Ordinária nº 9 de 2025, de autoria do Poder Executivo, para determinar a devolução dos valores pagos a título de Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU) decorrentes da vigência da Lei 11.323 de 21 de dezembro de 2022. O artigo prevê ainda a possibilidade de realização de compensação tributária por requerimento do interessado, respeitando o disposto no art. 170 do Código Tributário Nacional.

Ao revogar a Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU), conhecida popularmente como Taxa do Lixo, o Projeto de Lei Ordinária nº 9 de 2025 consolida o que para muitos, inclusive para o proponente desta propositura, resta claro desde 2022: que a Taxa do Lixo é um erro e que jamais deveria ter sido implementada no Município de Fortaleza.

É, portanto, com a finalidade de sanar os efeitos deletérios da instituição da Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU) e compensar a população fortalezense pelos prejuízos decorrentes da vigência da Lei 11.323 de 21 de dezembro de 2022 que propomos a presente emenda.

Neste sentido, pedimos a aprovação dos nobres pares.

ORGE PINHEIRO - PSDB